



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT
Participação e Controle Social

Clipping Saúde em Foco



CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE-MT
Participação e Controle Social

Cuiabá-MT, 26 e 27 de junho de 2013

Fonte: www.gazetadigital.com.br Cidades Quinta, 27 de junho de 2013, 00h00

Conselho Estadual quer levar situação ao MPE

[Da Redação](#)

Conselho Estadual de Saúde (CES) requisitou ao Instituto Pernambucano de Assistência Social (Ipas) a prestação de contas sobre pagamentos recebidos e atendimentos prestados nos últimos 2 anos no Hospital Metropolitano de Várzea Grande (HMVG). Com a comprovação de existência dos débitos junto ao governo do Estado, o CES irá levar o caso ao Ministério Público para pressionar o pagamento e a reativação dos serviços...

Leia mais na edição impressa de A Gazeta, disponível neste Portal.

Fonte: www.gazetadigital.com.br Cidades

Quinta, 27 de junho de 2013, 00h00

METROPOLITANO

Paralisação deixa 77% das UTIs desocupadas

[Amanda Alves](#) / Da Redação

Pelo menos 10 cirurgias deixam de ser realizadas por dia no Hospital Metropolitano de Várzea Grande (HMVG) após o corpo clínico suspender as atividades na sexta-feira (21) por falta de repasse do governo estadual. O impacto negativo à sociedade ainda é visto no setor de Unidade de Terapia Intensiva (UTI). Dos 61 leitos, 77% estão inutilizados devido à paralisação. Após uma visita ao hospital, ouvidores e conselheiros afirmam que diante do alto nível de estrutura o HMVG não pode ficar fechado aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS)...



Fonte: www.gazetadigital.com.br

Cidades

Quinta, 27 de junho de 2013, 11h52
IPAS

Hospital Metropolitano volta a funcionar em Várzea Grande

Redação do GD

Depois 7 dias de paralisação dos serviços do Hospital Metropolitano de Várzea Grande, o atendimento voltou nesta quinta-feira (28). A Secretaria Estadual de Saúde se reuniu com a direção do Instituto Pernambucano de Assistência Social (Ipas) durante esta semana e nesta quarta-feira (26) fecharam um acordo para o retorno das atividades.

O corpo médico da instituição anunciou a suspensão dos atendimentos por tempo indeterminado na manhã da sexta-feira (21), quando pacientes que chegaram para realização de procedimentos previamente agendados foram pegos de surpresa com as portas da unidade fechadas.

À noite, a SES chegou a emitir uma nota em nome do Ipas afirmando que os serviços não tinham sido paralisados e os impasses financeiros resolvidos. Mas na segunda-feira (24) a reportagem confirmou que as portas do hospital continuavam fechadas à população, o que desmentiu a posição oficial do governo.

Motivos Fechamento

No comunicado colado nos vidros do Pronto-Atendimento e entregue à população que procura a unidade, o corpo clínico do hospital explica os motivos da paralisação. Atrasos nos repasses mensais, falta de adequação dos valores financeiros e a dívida gerada pela criação de novos serviços estão entre eles. De acordo com os profissionais, a situação se tornou “insustentável”.

Coordenador médico do Hospital Metropolitano, Alberto Bicudo nega que os profissionais da instituição tenham afirmado o retorno às atividades na segunda-feira (24).

Segundo ele, as negociações ainda são realizadas, porém, nada tinha sido formalizado. “Nós queremos um acordo documentado, porque até agora tudo que foi discutido não foi para o papel. Já percebemos que acordo ‘de boca’ não resolve nada. Assim que tivermos um documento com o comprometimento do Estado em sanar as dívidas do hospital, retornaremos nossas atividades”.

(Colaborou Bruna Pinheiro)



Fonte: www.gazetadigital.com.br

Política

Quinta, 27 de junho de 2013, 00h00

UPA PASCOAL RAMOS

Conselho de Saúde quer retomar

[Marcos Lemos](#) / Da Redação

O Conselho Municipal de Saúde reafirmou ontem seu entendimento pela retomada das obras da Unidade de Pronto Atendimento (UPA) no bairro Pascoal Ramos, o que novamente abre conflito com a administração municipal, já que o prefeito Mauro Mendes (PSB), de posse de estudos técnicos, entende que a melhor opção para facilitar o atendimento a um maior número de pessoas da região sul seria a instalação na Av. das Torres...

Fonte: www.gazetadigital.com.br

Política

Quinta, 27 de junho de 2013, 00h00

MT SAÚDE

CPI de plano tem dois relatórios

[Sonia Fiori](#) / Da Redação

Deputada estadual Luciane Bezerra (PSB) apresentou voto em separado ao relatório da CPI do MT Saúde, apontando indiciamento de 18 pessoas e "rombo" inicial de R\$ 25 milhões. Destacou ainda 2 empresas responsáveis por irregularidades no sistema, a Sesi e a CRC. Repasses à rede credenciada teriam somado R\$ 43 milhões, em quadro que pode revelar montante ainda maior de valores questionados. Relator da comissão, deputado Emanuel Pinheiro (PR), disse que a sugestão de Luciane poderá elevar o grau de ações junto ao relatório final, previsto para ser votado na próxima semana. A CPI é presidida pelo deputado Walter Rabello (PSD)...



FONTE: WWW.GAZETADIGITAL.COM.BR Cidades Quinta, 27 de junho de 2013, 00h00

DIA DE COMBATE

Diabetes atinge 28 mil só em Cuiabá

[Thalyta Amaral](#) / Da Redação

No Brasil, cerca de 5% da população tem diabetes, uma doença silenciosa que altera o funcionamento do pâncreas e também pode afetar os rins e até os olhos. Em Cuiabá, a estimativa é de que existam 28 mil portadores da doença e destes, aproximadamente 15 mil estão cadastrados junto à Prefeitura. Hoje é comemorado o Dia Nacional de Combate ao Diabetes, uma iniciativa do Ministério da Saúde para reduzir as estatísticas da doença que aumenta na população brasileira. Todos os anos, cerca de 240 mil pessoas morrem no Brasil por causa da diabetes ou de suas complicações...

Leia mais na edição impressa de A Gazeta, disponível neste Portal.

FONTE: WWW.GAZETADIGITAL.COM.BR Cidades Quinta, 27 de junho de 2013, 00h00

É possível ter uma vida saudável

[Da Redação](#)

O diabetes, apesar de começar silenciosamente, pode ser uma doença devastadora. Um diabético tem 17 vezes mais chances de pegar uma pneumonia que uma pessoa normal e em 20% dos portadores a doença leva à cegueira ou mau funcionamento dos rins. Apesar das estatísticas pessimistas, é possível conviver com a doença, além de ter uma vida saudável e sem problemas.

O professor Benedito Antônio Gomes, 48, descobriu que estava com diabetes há 8 anos. Depois do susto da descoberta ele precisou eliminar os maus hábitos e investir em sua saúde. "No começo foi difícil, tive que reduzir arroz, pão e carnes gordas. Mas o ruim é que os alimentos proibidos é que davam vontade de comer"...

Leia mais na edição impressa de A Gazeta, disponível neste Portal.



FONTE: WWW.GAZETADIGITAL.COM.BR Política Quinta, 27 de junho de 2013, 14h15

construção

Prefeitura analisa com Ministério da Saúde mudança da UPA

Marianna Marimon, repórter do GD

Devido à recomendação do Conselho Municipal de Saúde, de que a Prefeitura de Cuiabá deve manter a construção da Unidade de Pronto Atendimento (UPA) no bairro Pascoal Ramos, cujo projeto foi aprovado em 2011, e até hoje não saiu do papel, ficou definido que a recomendação será levada em consideração para uma nova análise do local que será realizada em conjunto com técnicos do Ministério da Saúde.

A Prefeitura estudou transferir a UPA Pascoal Ramos para a Avenida das Torres, mas encontrou forte resistência dos moradores do bairro, que em iniciativa com os vereadores da Câmara Municipal, coletaram mais de 50 mil assinaturas para sensibilizar o prefeito Mauro Mendes (PSB) da necessidade da unidade na região.

A disputa pelo local de construção da UPA levou a Defensoria Pública e o Ministério Público a encamparem defesa da manutenção no Pascoal Ramos, bem como o Conselho Municipal de Saúde.

Através de nota de esclarecimento, a Prefeitura afirmou que a recomendação do Conselho de Saúde será trabalhada com os técnicos do Ministério da Saúde, já que, foi realizada carta-consulta para que novo local fosse escolhido. O Ministério da Saúde dilatou o prazo para entrega da UPA, para dezembro de 2014.

“É importante dizer que uma Unidade de Pronto-Atendimento 24 Horas tem a capacidade de atender uma região populacional com até 250 mil habitantes e, por se tratar de um equipamento com recursos em sua maior parte advinda do governo federal, a escolha do local, bem como do projeto estrutural, passa necessariamente pela chancela do Ministério da Saúde”, diz parte da nota.

O prefeito Mauro Mendes (PSB) estuda a possibilidade de transferência do local devido a irregularidades no terreno, que já aditivaram o contrato em 22%, sendo que o permitido em lei é de 25%. A Prefeitura encaminhou explicações aos órgãos superiores, como Ministério da Saúde e Ministério Público.

A construção da UPA prevê investimentos na ordem de R\$2,6 milhões pelo governo federal e contrapartida de R\$ 500 mil pela Prefeitura de Cuiabá e terá capacidade para atender 250 mil pessoas da região Sul da Capital.



Fonte: www.diariodecuiaba.com.br

Quinta feira, 27 de junho de 2013

Edição nº 14633 27/06/2013

SAÚDE CAÓTICA

[Anterior](#) | [Índice](#) | [Próxima](#)

Coordenador do Samu pede exoneração

Abdallah alega que as condições de trabalho estão precárias e que não consegue usar o dinheiro que está em caixa devido à burocracia

ALECY ALVES

Da Reportagem

A falta de condições mínimas de trabalho, a burocracia e a morosidade na implantação do projeto “Samu 100%” fizeram o coordenador do Serviço Médico de Urgência(Samu), Daud Mohd Abdallah, pedir exoneração do cargo ontem.

O serviço de socorro também está parcialmente parado devido às condições precárias da unidade. A situação do Samu é grave e vem se arrastando há algum tempo, mas não por ausência de verbas. Conforme a reportagem do DIÁRIO apurou há mais de R\$ 8 milhões parados no caixa da Saúde para as primeiras ações do “Samu 100%”, mas a burocracia impede o acesso ao dinheiro.

Enquanto isso, as viaturas estão sem manutenção e faltam medicamentos e produtos básicos para atender os pacientes. Nem água tem no prédio onde funciona a central de atendimento(no bairro Consil – antigo Hospital São Thomé).

As nove viaturas que atendem as chamadas nos municípios da Baixada Cuiabana estão em condições precárias. Médicos-socorristas e funcionários denunciam que em alguns casos, precisam ter alguém segurando a porta do veículo quando vão levar o paciente ao hospital porque há o risco dela se abrir no meio rua.

O fornecimento de produtos essenciais na prestação da assistência pode ser suspenso a qualquer momento por falta de pagamento e da renovação de contrato com os fornecedores. Nesse quadro estão, por exemplo, o oxigênio empregado nos respiradores que salvam vidas e a alimentação dos plantonistas.

Em abril deste ano, a falta de contrato e os atrasos no pagamento dos salários dos médicos motivaram uma paralisação. Os profissionais retornaram ao trabalho, mas o problema ainda persiste.

Desde a ocasião, quando a Secretaria Estadual de Saúde(SES) assumiu o compromisso de quitar os atrasados e renovar os contratos num prazo de 90 dias, os profissionais receberam apenas um salário.

Todos os 150 funcionários do Samu, entre tele-atendente, enfermeiros, técnicos em enfermagem e motoristas, estão com pendências salariais. A SES não vem pagando insalubridade, horas extras e outros direitos complementares.

Daud Abdallah, que começou atuar no Samu em 2005, como médico-socorrista, estava na



coordenação há quatro anos, desde 2009. De acordo com ele, nos últimos seis meses nada andou no Samu, apesar da escolha de Cuiabá como cidade-piloto do “Samu 100%” e da liberação de verbas pelo governo Federal.

A SES, de acordo com o médico, não definiu se contrata OSS para gerenciar o serviço ou se faz concurso para criar quadro próprio de servidores. Não contratou fornecedores, tampouco empresas de manutenção das viaturas e outros serviços.

O processo de implantação de uma única central de comunicação para o estado, como prevê o projeto-piloto, também não saiu do papel. “O que se gasta hoje na Baixada Cuiabana daria para atender sete regiões”, diz. Conforme ex-coordenador, são empregados R\$ 1,5 milhão ao mês nos serviços do Samu na baixada.

“O secretário(Mauri de Lima)questiona, quer mudar e para um projeto aprovado e com verba federal liberada. Acho até que ele vem passando informações mentirosas ao governador Silval Barbosa sobre o Samu”, desabafou.

O secretário Mauri disse, por meio da assessoria de imprensa, que está surpreso com o pedido de exoneração de Daud e que reconhece as dificuldades do serviço, mas vem trabalhando para solucioná-las.

Fonte: www.diariodecuiaba.com.br

Quinta feira, 27 de junho de 2013

Edição nº 14633 27/06/2013

SORRISO

[Anterior](#) | [Índice](#) | [Próxima](#)

5 pessoas contraíram a superbactéria

Hospital confirmou a contaminação da UTI e analisa a necessidade de fechar o setor, que atende a população de vários municípios do Nortão

ALECY ALVES
Da Reportagem

Cinco pacientes que estavam internados na UTI no Hospital Regional de Sorriso, a 420 quilômetros de Cuiabá, contraíram a superbactéria KPC, resistente a mais de 90% dos antibióticos disponíveis no mercado.

A direção da unidade hospitalar confirmou as contaminações ontem à tarde e informou que está analisando a necessidade de interdição da Unidade de Terapia Intensiva para novas internações.

A decisão de fechar ou não o serviço dependerá do grau de contaminação do ambiente e deve ser anunciada na manhã de hoje. A UTI tem 14 leitos e vive superlotada pelo fato de ser referência no atendimento do SUS para dezenas de municípios da região.

■
Quatorze leitos estão instalados na UTI do Hospital Regional de Sorriso, que está lotada



De acordo com a infectologista do hospital, Ana Paula Jorge Fernandes, os pacientes foram isolados para tratamento especial e prevenção de disseminação da bactéria. Nenhum deles, garante a especialista, corre riscos de morte. Provavelmente, um receba alta ainda hoje.

A primeira suspeita da presença da KPC aconteceu no último sábado, quando dois pacientes que haviam passado por internação na UTI apresentaram quadros infecciosos. Isso ocorreu quando eles já estavam desentubados e se recuperavam em leitos comuns da mesma unidade hospitalar.

Sem revelar a cidade, a infectologista Ana Paula Fernandes disse que um dos pacientes veio para a UTI transferido de outra unidade hospitalar da região.

Conforme informações da assessoria de imprensa do Hospital Regional de Sorriso, um morador da cidade, que seria funcionário dos Correios, morreu num hospital de Curitiba, no Paraná, onde estavam em tratamento, em decorrência de contaminação pela mesma bactéria.

O primeiro caso da KPC foi descoberto nos Estados Unidos em 2000. Já no Brasil as primeiras ocorrências são datadas de 2010, com dezenas de vítimas. Só no Distrito Federal foram pelo menos 20 mortes em diferentes hospitais e mais de 100 casos que evoluíram para a cura, conforme registros da Secretaria de Saúde brasiliense.

Em Mato Grosso, o primeiro a primeira confirmação aconteceu em 2011, no Hospital Universitário Júlio Müller(HUJM), em Cuiabá.

A KPC (*Klebsiella Pneumoniae Carbapenemase*) surgiu em consequência da mutação genética de outra bactéria e pode causar pneumonia, infecções sanguíneas, no sistema urinário, em feridas cirúrgicas. Em muitos casos evolui para um quadro de infecção generalizada, que pode levar à morte.

Fonte: www.diariodecuiaba.com.br

Quinta feira, 27 de junho de 2013

Edição nº 14633 27/06/2013

SAÚDE

[Anterior](#) | [Índice](#) | [Próxima](#)

Estado terá que custear tratamento

Da Assessoria

A Secretaria de Estado de Saúde terá que fornecer medicamentos para um portador de retinopatia diabética e o outro de artrite reumatóide e a realizar exame a um portador de neoplasia maligna. A determinação consta de três liminares concedidas nesta quarta-feira (26) pelo juiz da Primeira Vara de Campo Verde, Almir Barbosa Santos.

Após a ciência da decisão, a Secretaria de Saúde terá cinco dias para cumprir as decisões sob pena de pagamento de multa diária de R\$ 1mil para cada procedimento não realizado e de abertura de procedimento penal.

Em uma das ações o requerente é um idoso portador de neoplasia maligna do trígono da bexiga. Ele precisa ser submetido constantemente a quimioterapias e precisa realizar com frequência exame de



cistoscopia para avaliar o estágio da doença.

Em outra decisão, a Secretaria terá que fornecer a um idoso portador de retinopatia diabética o medicamento ranibizumabe 10 mg (lucentir) por um período mínimo de três meses, sendo dois frascos por mês.

Na terceira decisão, o portador de artrite reumatóide precisa fazer uso de humira 40 mg e de tratamento específico

“Por arremate, sábio é que, o direito à saúde é um direito fundamental, sendo dever do Estado garantir sua efetividade, buscando melhorar as condições de vida do cidadão e da população, sobretudo, garantindo à pessoa idosa a proteção à vida e à saúde”, afirma o magistrado em um dos trechos das decisões.

Fonte: www.midianews.com.br

POLÍTICA / ROMBO DO MT SAÚDE

27.06.2013 | 09h46 - Atualizado em 27.06.2013 | 11h21

Tamanho do texto A- A+

Deputada indicia ex-secretário e 4 ex-presidentes; veja

Luciane Bezerra apresentou relatório em separado com nomes

Mary Juruna/MidiaNews

A deputada estadual Luciane Bezerra, que indiciou o ex-secretário César Zílio

DA REDAÇÃO

A reportagem do **MidiaNews** teve acesso aos nomes que constam do relatório da deputada estadual Luciane Bezerra (PSB), vice-presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito n(CPI) do MT Saúde.

Ela apresentou um voto em separado, na última terça-feira (25), que será analisado pelo deputado Emanuel Pinheiro (PR), relator da CPI. Em seu relatório, o parlamentar apontou 7 nomes como responsáveis pela falência do plano de saúde dos servidores públicos do Estado.



Após a análise do material apresentado por Luciane, Pinheiro poderá incluir novos nomes no relatório final.

Entre os nomes que a deputada indicia em seu relatório - e que seriam responsáveis por um rombo de R\$ 25 milhões - está o do ex-secretário de Estado de Administração, Cesar Roberto Zílio, e de seu ex-chefe de Gabinete, José de Jesus Nunes Cordeiro.

Zílio é o atual presidente da MT Participações e Projetos S.A. (MT PAR), empresa vinculada ao gabinete do governador Silval Barbosa (PMDB), com capital social no valor de R\$ 50 milhões.

Ex-presidentes

Constam, também, os nomes dos ex-presidentes do MT Saúde Yuri Bastos Jorge, Augusto Carlos Patti do Amaral, Maximilliam Mayolino Leão e Gelson Esio Smorcinski.

No voto da deputada ainda há os nomes de Edson Vitor Alexis de Mello, Hilton Paes de Barros, Marcelo Marcos dos Santos, João Enoque Caldeira da Silva e Washington Luis da Cruz.

Outros nomes são os de Auro Guilherme Matos Ulisséa, Sidnei Storch Dutra (da Open Saúde), Antônio Carlos Barbosa, Elenilda Pereira da Silva e José de Jesus.

Em seu relatório, a deputada indiciou, também, mas sem citar nomes, um diretor responsável do Sesi e um dos sócios da CRC-Connect Med.

O relatório será encaminhado ao Ministério Público Estadual, que poderá apresentar ação criminal contra os indiciados pela CPI.

Veja os nomes dos citados no relatório:



- 1) Cesar Roberto Zílio
- 2) Yuri Bastos Jorge
- 3) Augusto Carlos Patti do Amaral
- 4) Maximilliam Mayolino Leão
- 5) Gelson Esio Smorcinski
- 6) Edson Vitor Alexis de Mello,
- 7) Hilton Paes de Barros,
- 8) Marcelo Marcos dos Santos,
- 9) José de Jesus Nunes Cordeiro
- 10) João Enoque Caldeira da Silva,
- 11) Washington Luis da Cruz.
- 12) Auro Guilherme Matos Ulisséa,
- 13) Sidnei Storch Dutra
- 14) Antônio Carlos Barbosa,
- 15) Elenilda Pereira da Silva
- 16) José de Jesus
- 17) Um diretor do Sesi



18) Um dos sócios da CRC-Connect Med

Fonte: www.rdnews.com.br

SAÚDE | 26/06/2013 - 21:12

Estado deve pagar R\$ 4,5 mi até dia 10 e revisar contrato de OSS

Valérya Próspero



O Instituto Pernambucano de Assistência à Saúde (Ipas), organização social que gere o Hospital Metropolitano em Várzea Grande, fechou negociação com o Governo do Estado e 150 médicos devem voltar ao trabalho amanhã (26), depois de seis dias em paralisação. Ficou acordado que o Governo pagará até o dia 10 de julho R\$ 4,5 milhões, atrasados há 3 meses, previstos em contrato formalizado.

A revisão deste contrato também fez parte da negociação e deve ser redefinido até o final deste mês. O intuito é incluir nele os serviços realizados pelo Hospital Metropolitano que não estão previstos por escrito e, por isso, dificulta o recebimento do serviço prestado. Em dois anos, o montante está acumulado em R\$ 6 milhões. O valor está sendo avaliado pelo Governo, que deve liquidar em parcelas.

Entre os atendimentos que não estavam inclusos no contrato estão às cirurgias bariátricas, de alta complexidade, ortopédicas, além de biópsias. Segundo o superintendente do Ipas, Edemar Paula da Costa, os serviços extras custam mensalmente cerca de R\$ 800 mil ao hospital. Ele afirma que o custo do serviço contratado pelo Estado por mês é de R\$ 2,1 milhões. Com os acréscimos solicitados pelo próprio Governo, o montante sobe para R\$ 2,9 milhões. O que a gestão da unidade quer é que tudo esteja por escrito para não ter problemas de receber depois. “O hospital não é do Ipas, é do Estado. O instituto só administra, o recurso vem do Governo”, salienta.

No Metropolitano, pacientes ficam sem o atendimento



Fonte: www.olhardireto.com.br

Notícias / **Ciência & Saúde**

26/06/2013 - 20:32

Médicos prometem grande paralisação nacional contra "caos na saúde pública"

R7

Entidades médicas prometem paralisar as atividades na próxima quarta-feira (3) a partir das 10h em todo o País. O objetivo dos profissionais é mobilizar e chamar atenção da população para o projeto do Governo Federal de importar médicos cubanos, além da precariedade dos atendimentos e infraestrutura nos hospitais do SUS (Sistema Único de Saúde) e da falta de incentivo de carreira.

Em coletiva de imprensa realizada nesta quarta-feira (26), o presidente do CFM (Conselho Federal de Medicina), Roberto D'Ávila, afirmou que a paralisação não tem como objetivo "prejudicar a população".

— Vai ser muito pacífica. Será um ato público com passeata da prefeitura até a sede do governo. Vamos poupar os pacientes de transtorno porque são vítimas. Não podemos penalizar estas pessoas, mas precisamos protestar e esclarecer as pessoas — que a vinda de médicos, por exemplo, não vai resolver problema da saúde do País.

O presidente da AMB (Associação Médica Brasileira), Florentino Cardoso, diz que por meio da mobilização será possível "mostrar o caos e as verdades da saúde pública do Brasil". Segundo ele, a área médica enfrenta diversos "grandes problemas", entre eles a falta de financiamento.

— Os médicos não suportam mais atender as pessoas com paredes caindo, com posto sem água há dois meses. Vamos aproveitar este momento histórico para reconstruir o País. Sobre a importação de médicos, não somos contra médicos estrangeiros, desde que eles sejam avaliados [por meio do Revalida, concurso federal que atesta os



conhecimentos médicos]. É preciso ver se eles têm conhecimento, habilidade e atitude para trabalhar aqui. Sabemos que há escolas que não formam médicos com qualidade.

Se as reivindicações não forem atendidas, Geraldo Ferreira, presidente da ANM (Associação Nacional dos Médicos), afirma que “não está descartado uma greve”. Segundo ele, entre as alternativas para melhoria do setor está a aprovação da PEC 454, pacote de emenda constitucional que cria a carreira de Estado para os médicos, assim como acontece com o Judiciário.

— Além disso, queremos também que 10% do recurso público bruto seja destinado à saúde. Não adianta colocarmos mais médicos, sem ter infraestrutura suficiente.

Ato em SP acontece na avenida Paulista

Entidades de classe, acadêmicos de medicina e residentes médicos tomarão a avenida Paulista, a partir das 16h para uma passeata de protesto. O ponto de encontro será na Associação Médica Brasileira, de onde a passeata sairá rumo ao gabinete de representação da presidência da República, na avenida Paulista.

Fonte: www.24horasnews.com.br

27/06/2013 10:02:00

Projeto garante UTI na rede particular para pacientes do SUS

Redação 24 Horas News

A- A A+

Está tramitando o projeto de lei do deputado José Domingos Fraga Filho, (PSD) que defende a contratação de serviços de UTI (Unidade de Terapia Intensiva) em entidades particulares, com fins lucrativos, prevista no art. 218 da Constituição do Estado.

Pela proposta do deputado, o Estado fica autorizado a contratar serviços de Unidade de Terapia Intensiva em hospitais da rede particular para atender os pacientes originados do Sistema Único de Saúde (SUS), nos casos em que for comprovado que a rede pública não dispõe de leitos disponíveis e a contratação será levada a efeito nos casos em que, dada à preferência as entidades filantrópicas sem fins lucrativos, e ainda assim “persistir” a necessidade de complementação dos serviços de saúde pública.

O parlamentar ressalta que a contratação dos serviços de UTI, descrita no art. 1º, por força do inciso IV do art. 24 da Lei n.º 8.666 de 21 de junho de 1993, dispensa a realização da respectiva licitação por tratar-se de situação de emergência em saúde pública, capaz de comprometer a segurança das pessoas.



Todas as vezes que for constatada a insuficiência da rede pública de saúde para atender a demanda de pacientes, o ente federativo, município ou estado, pode, por força de lei, recorrer à iniciativa privada, por intermédio de contratos ou convênios, isso quando as entidades filantrópicas não conseguirem atender a demanda.

O não cumprimento do estabelecido na presente lei implicará a responsabilização civil, penal e administrativamente do gestor público, por omissão, nos termos dos artigos 148 a 153 da Lei Complementar n.º 04, de 15, de outubro de 1990, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos da Administração Direta, das autarquias e das fundações públicas estaduais.

Ao apresentar sua proposta em plenário, José Domingos disse que é lamentável a situação da saúde pública em Mato Grosso, principalmente para os menos favorecidos economicamente, que dependem do Sistema Único de Saúde. “O caos da saúde pública em nosso Estado é um problema crônico, não é de agora. São anos e anos de insatisfação por parte da população.

É preciso agir, pois existe uma situação emergencial instalada, e o projeto propõe uma medida para solucionar a falta de leitos de UTIs bem como, garantir o direito à vida", concluiu.

Fonte: www.24horasnews.com.br

26/06/2013 00:27:41

Câmara aprova destinação dos recursos dos royalties para a educação e saúde

Iolando Lourenço | de Brasília
A- A A+

A Câmara dos Deputados aprovou, há pouco, projeto de lei do Executivo que destina 75% dos recursos dos royalties do petróleo para a educação pública, com prioridade para a educação básica, e 25% para a saúde. O governo queria que todos os recursos fossem destinados à educação. Mas, para a aprovação do projeto, as lideranças partidárias fizeram um acordo destinando parte dos recursos para a saúde.

O texto aprovado estabelece que será obrigatória a aplicação dos recursos dos royalties na educação e na saúde pela União, estados e municípios. A proposta também determina que 50% dos recursos do Fundo Social do Pré-Sal sejam aplicados na educação até que se atinja o percentual de 10% do Produto Interno Bruto (PIB).

A maioria dos destaques que visava a alterar o texto foi retirada pelos seus autores e os que chegaram a ser votados foram rejeitados pelo plenário da Câmara. Com a conclusão da votação, o projeto segue agora para apreciação do Senado, em regime de urgência.



Concluída a votação do projeto dos royalties, os deputados aprovaram requerimento para votação em regime de urgência do projeto de lei que estabelece novas regras para a distribuição dos recursos do Fundo de Participação dos Estados (FPE).

Fonte: www.issoenoticia.com.br

JURÍDICAS / SUPOSTO PECULATO

Quinta, 27 de junho de 2013, 10h03

STF adia julgamento contra senador Jayme Campos

O adiamento foi forçado pela ausência do ministro Celso de Mello, que levantou divergência

DA REDAÇÃO

O Supremo Tribunal Federal (STF), adiou uma vez mais a conclusão do julgamento da denúncia de peculato (desvio de dinheiro público) apresentada pelo Ministério Público Federal (MPF) contra o senador Jayme Campos (DEM-MT). Previsto na pauta da sessão desta quarta-feira, 26, o processo acabou não sendo apreciado pelo pleno do STF.

O adiamento foi forçado pela ausência do ministro Celso de Mello, que levantou divergência com o relator do processo, ministro Luiz Fux, ao apresentar dúvida se caberia, no caso, a aplicação do artigo 327 do Código Penal, que agrava a penalidade para o crime de peculato se o mesmo for praticado por detentor de cargo comissionado ou de assessoramento e direção superior. O ministro Celso de Mello está de licença do Supremo.

Caso a denúncia do MPF seja aceita pelo Supremo, o senador Jayme Campos passará a figurar como réu na ação penal. O senador nega que tenha praticado algum crime contra a administração à época em que foi governador de Mato Grosso conforme aponta a denúncia do MPF.

A denúncia

Segundo a denúncia do MPF ao STF, em 1994, o então governador de Mato Grosso,



Jayme Verissimo de Campos, em conjunto com o então secretário de estado de saúde, Domingos Sávio Pedroso de Barros e com o presidente da Comissão de Licitação do Governo do Estado, Moacy Lopes Soares, teria desviado recursos oriundos de convênios com a União por meio de processos fraudulentos de concorrência pública e superfaturamento de equipamentos e matérias adquiridos pela SES-MT.

O esquema teria resultado no desvio de R\$ 323.232,33. O inquérito está no Supremo desde setembro de 2007.

Fonte: www.hipernoticia.com.br Quarta, 26 de junho de 2013, Tamanho do texto A- A+ 12h52

DECISÃO DA JUSTIÇA

Kamil se recusa a cumprir decisão da Justiça e não pretende demitir servidores. Aproximadamente 2,6 mil servidores contratados temporariamente terão de ser demitidos.

KARINE MIRANDA

O secretário de Saúde, Kamil Fares, assegurou ao **HiperNotícias** que não irá cumprir a decisão da Justiça, que determinou a demissão dos servidores que possuem contratos temporários com a pasta. Aproximadamente 2,6 mil funcionários estão sob condições e teriam de ser desligados da secretaria.

“Se eu demitir esses servidores é melhor mudar de Cuiabá. Se eu cumprir a decisão, vou provocar um caos na saúde”, assevera.

Atualmente, a secretaria tem 5,3 mil servidores e com o cumprimento da decisão, unidades de saúde como Postos de Saúde da Família, Policlínicas e até mesmo o Pronto Socorro de Cuiabá teriam de fechar as portas.

Marcos
Lopes/HiperNotícias
**Secretário Kamil
Fares afirma que é
impossível demitir
servidores
contratados**

“De imediato, é impossível demitir. É preciso planejamento para se tomar uma decisão assim”, afirma.

Na última sexta-feira (21), a juíza auxiliar da Segunda Vara de Família e Sucessões, Célia Regina Vidotti, determinou a cessão dos contratos, pois reconheceu os atos de improbidade administrativa cometidos por Wilson Santos e Luiz Soares.



Na época em que eram prefeito e secretário de saúde, eles contrataram servidores temporários quando deveriam ter nomeado os aprovados em concurso público. Por isso, a decisão. Além disso, a juíza determinou que fosse realizado concurso público para preenchimento das vagas remanescentes das demissões.

"Até para se fazer concurso, demora e precisa de planejamento. São muitas especialidades que são contratados. De porteiro a cirurgião. São mais de 40 especialidades. Leva tempo para organizar isso", explica o secretário.

PROCURADOR

O procurador-geral do Município, Rogério Gallo, afirma que vai recorrer da decisão. Ele esclarece que ainda não foi notificado.

De acordo com Gallo, será apresentado um recurso "que se refere à discussão da justiça no item que considerou inconstitucional contratos temporários". "Nesse ponto a gente entende que os contratos temporários são importantes para atender ao público e não visa preencher as vagas de estatutários".

O procurador explica ainda que a decisão "não tem efeito imediato, por isso a secretaria não tem que demitir imediatamente". Gallo explica que a partir do momento que for publicada a sentença, a Procuradoria tem prazo de 30 dias para entrar com um recurso de apelação, no item que diz respeito à Prefeitura, com relação ao contrato temporário.

Fonte: www.sonoticias.com.br **GERAL** 27 de Junho de 2013 - 14:08

Lucas: jovem morre misteriosamente e autoridades de saúde investigam

Fonte: Só Notícias/Alex Fama e Altair Anderli, de Lucas do Rio Verde

A morte repentina e misteriosa de um adolescente, 13 anos, está sendo investigada pelas autoridades de saúde do Estado e também de Lucas do Rio Verde. Ele faleceu, ontem à noite, em um hospital do município. O jovem, considerado saudável, começou a passar mal no final de semana e rapidamente foi internado.

Já na unidade, ele teria sofrido pelo menos três paradas cardíacas. Os médicos ainda conseguiram reanimá-lo. Todavia, o adolescente não resistiu e faleceu. De



acordo com informações da unidade, o jovem não tinha nenhum histórico de doença recente.

A direção da escola na qual estudava, no bairro Cerrado, garantiu que ele participou normalmente das atividades na sexta-feira (21) e não aparentava estar doente.

O corpo do adolescente foi encaminhado para Cuiabá, onde está sendo realizado exames para saber que tipo de doença o vitimou. O resultado do exame só deve ser conhecido em 90 dias.

A Secretaria municipal de Saúde foi procurada pela reportagem e afirmou que somente o exame irá apontar a verdadeira causa da morte. Até lá, nenhuma hipótese está descartada.

O corpo do adolescente deve ser sepultado em Nobres, onde grande parte da família mora. Em Lucas do Rio Verde, ele morava com a mãe no bairro Cerrado.

Fonte: www.vgnoticias.com.br

Cadeirante se revolta e constrói rampa de acesso a órgão público de MT

Publicado em: 26/06/2013 às 14:47

Tamanho da Letra [A](#) [A](#) [A](#)

[1](#)

Foto:Marcelo Guedes/site Metropolitana FM



Clique na imagem para ampliar

Cadeirante mora na cidade há 31 anos e ficou paraplégico após levar um tiro.

Indignado com a falta de acessibilidade em Juína, cidade a 737 km de Cuiabá, o deficiente físico Samuel Nobile de Oliveira, de 41 anos, decidiu construir por conta própria uma rampa de acesso ao prédio da secretaria municipal de Saúde. Com um balde cheio de massa de cimento, que levou de casa, algumas madeiras e pedras, o morador foi para a frente do órgão, na tarde de segunda-feira (24.06), e declarou que não quer mais sofrer constrangimentos. “Não aguento mais passar por isso e estou cansado de esperar pelo poder público. Por isso tomei a iniciativa e não quero mais esperar”, disse.

Samuel mora no município há 31 anos, no Bairro Módulo 4, e ficou paraplégico após ser atingido por um tiro, em 2006. Desde então, se viu preso à cadeira de rodas e ressalta que encontra dificuldades diárias pela falta de acessibilidade juntamente com outros amigos cadeirantes. Ele conta que precisa ir constantemente à secretaria de Saúde por conta de documentos que necessita para fazer tratamento médico em Brasília (DF).

O cadeirante relatou ainda a situação que passa ao ir no posto de saúde do bairro. “Somos atendidos pelos médicos do lado de fora, na rua, porque não têm rampa de acesso. É muita humilhação não sermos tratados como pessoas comuns”, desabafou.



Ao G1, o prefeito Hermes Bergamim disse que já está tomando providências quanto à falta de acessibilidade e garantiu que providenciará melhorias para os deficientes físicos. Também considerou a atitude do morador importante e pediu desculpas pelos constrangimentos que os cadeirantes da cidade têm sofrido. “Estamos colocando a casa em ordem nesses seis meses de gestão. Peço desculpas a todos os deficientes físicos pelas situações e constrangimentos. Vamos tomar as devidas providências na cidade para que isso não ocorra mais”, afirmou.

Fonte: www.vgnoticias.com.br

Prefeitura de VG irá gastar mais de R\$ 870 mil com camisetas e bonés; Somente para a Saúde serão confeccionadas 33.830 camisetas

Publicado em: 26/06/2013 às 11:24

por Rojane Marta/VG Notícias

A Prefeitura de Várzea Grande irá gastar mais de R\$ 870 mil com confecção de camisetas e bonés, para atender sete Secretarias, a Saúde, Assistência Social, Receita, Comunicação Social, Meio Ambiente e Esporte e Lazer. Somente para a Saúde serão confeccionadas 33.830 camisetas.

O gasto não passou pelo crivo da licitação, foi feito por meio da nova “moda” do município na gestão de Wallace Guimarães (PMDB), que é a adesão à ata de registro de preços. De acordo com o extrato do termo de adesão 49/2013 - publicado na edição desta quarta-feira (26.06) do Jornal Oficial dos Municípios (AMM), e o termo de adesão 28/2013 – publicado em maio, a Prefeitura de Várzea Grande aderiu a Ata de Registro de Preços do município de Diamantino.

A empresa contratada é a Stamp Distribuidora de Malhas, instalada em Cuiabá, e que tem como sócio proprietário Claudio Henrique Maluf Vilela. O prefeito Wallace fez duas adesões – uma para atender seis Secretarias - a 49/2013 -, e outra para atender a Saúde - a 28/2013. A que irá atender as seis Secretarias (Assistência Social, Receita, Comunicação Social, Meio Ambiente e Esporte e Lazer) o valor global da adesão é de R\$ 274.195,22, e ainda não foi divulgado



como o valor será gasto – ou seja, a quantidade de cada item a ser confeccionado.

Já a adesão que irá atender a Saúde, o valor global do contrato é de R\$ 602.972,00. Segundo consta no termo de contrato assinado pelo prefeito, os secretários e a empresa contratada, disponível no portal transparência da Prefeitura, ao todo serão confeccionados quase 34 mil camisetas, de vários estilos. Dentre a aquisição constam quatro mil camisetas pólo ao custo total de R\$ 114.080,00; sete mil camisetas de malha no valor total de R\$ 103.810,00; dez mil camisetas de malha pelo total de R\$ 129.100,00; quatro mil bonés ao custo unitário R\$ 19,60 – total R\$ 39.200,00 -, entre outros, ***clique aqui e confira contrato na íntegra.***

Outro lado – A reportagem do **VG Notícias** ligou no celular funcional da secretária de Saúde do município, Jaqueline Beber Guimarães, porém ela não atendeu as ligações e não retornou as chamadas até o fechamento da matéria. Já o procurador do município, José do Patrocínio, não foi localizado para falar sobre o contrato com as demais Secretarias.

Fonte: www.reportermt.com.br

Farmácia de Alto Custo está, outra vez, sem remédios vitais

ANA ADÉLIA JÁCOMO, DA REDAÇÃO

Há cerca de 20 dias a ouvidora-geral do SUS denunciou que há mais de um ano 104 medicamentos estão em falta

[Mauri vive dias de expectativas \(RepórterMT\)](#)

Mesmo após garantir que a compra dos medicamentos para a Farmácia de Alto Custo, em Cuiabá, seria regularizada, o secretário de Saúde Mauri Rodrigues terá que explicar novamente a ausência dos remédios que deveriam ser distribuídos pela Sistema Único de Saúde (Sus). Nesta quinta-feira (27) pacientes denunciaram ao site que não receberam as doses prescritas porque não havia medicamentos na Farmácia.

“Eu estou, desde a semana passada, procurando diariamente por minha insulina. Vou na Farmácia de Alto Custo, ligo, peço informações, mas não chegou ainda e eles dizem não ter previsão da entrega



dos remédios”, disse a aposentada Sandra Maria de Almeida, que é insulino dependente e usa o remédio Lantus.

Segundo Mauri, a secretaria já providenciou R\$ 10 milhões em medicamentos e uma nova remessa de remédios será entregue nos próximos dias. “A nova remessa está chegando amanhã. Fizemos a compra de 84 itens e estamos aguardando a entrega. A Lantus chega amanhã, mas temos 14 pregões em andamento. Todos os dias a secretaria vai receber remédios daqui para frente”, disse ele.

Contudo, funcionários da Farmácia afirmaram que há remédios que estão em falta desde dezembro. “A lista de medicamentos que acabaram é imensa. Estamos sem insulina desde a semana passada e há meses falta outros. Nós anotamos o telefone dos pacientes e entramos em contato assim que os remédios chegam”, disse a atendente que não quis se identificar.

Há cerca de 20 dias a ouvidora-geral do Sistema Único de Saúde (SUS), Edna Marlene da Cunha Carvalho denunciou que há mais de um ano 104 medicamentos, chamados de itens em diversas dosagens, estão em falta na Farmácia de Alto Custo, a maioria deles essenciais para que pacientes com doenças graves não venham a óbito.

Edna citou como exemplo pacientes com doenças crônicas, pulmonar, obstrutiva crônica, insuficiência renal, lupus e transtornos psiquiátricos, como depressão e síndrome do pânico, falta de insumos básicos para tratamento de diabetes

A ouvidora foi enfática ao afirmar que todas as vezes que cobra do Governo do Estado resultados para o problema, ouve como resposta que licitações estão sendo realizadas e que os processos de aquisição serão feitos. Porém, não haveria resposta positiva do governo.

A Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso (SES/MT) abriu sindicância para apurar as responsabilidades sobre dezenas de caixas de medicamentos vencidos que deveriam ser distribuídos à população. A denúncia da existência de lotes causou revolta em dezenas de pacientes.